



Política de Subsídio Fiscal e Ordenamento do Território Fluminense no Início do Século XXI

Daniel Ribeiro Barcelos, Leandro Bruno Santos

Desde o final da década de 1990, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem criado políticas públicas voltadas para incentivar a instalação de empresas, com a finalidade de reduzir a elevada concentração, histórica, na área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A partir da referida década houve uma forte pressão política e empresarial para que o estado entrasse na chamada “guerra fiscal”, com o objetivo de reduzir as disparidades entre a região metropolitana e o seu interior. Diante desse cenário, este trabalho objetiva analisar a política de subsídio fiscal do ERJ, especificamente a partir do início do ano 2000, e seu impacto no ordenamento territorial. Para operacionalizar a pesquisa, utilizar-se-ão procedimentos como revisão de literatura sobre a dinâmica industrial do ERJ e as políticas voltadas ao desenvolvimento, além da análise das leis referentes aos subsídios fiscais no ERJ. O desenvolvimento industrial do ERJ tem sido alvo de intensos debates, principalmente nos últimos dois anos, período em que o referido estado mergulhou numa profunda crise econômica. Entre os principais fatores responsáveis pela crise estão as políticas industriais do ERJ, criadas no governo Rosângela Garotinho (Rosinha) e atualizadas nas gestões do Sérgio Cabral e Luiz Fernando Souza (Pezão), que promoveram as elevadas isenções fiscais a empresas desde o início do ano 2000, com o discurso de atração de investimentos para os municípios do interior, principalmente para a região Noroeste Fluminense, que se encontrava, à época, com baixo dinamismo econômico. Segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), entre 2008 e 2013, o ERJ concedeu, aproximadamente, 138 bilhões de reais em isenções fiscais a empresas. Além das isenções fiscais, o mal-uso da receita advinda dos *royalties* e a falta de uma política voltada para a diversificação produtiva do ERJ são elementos determinantes de sua depressão econômica. Evidencia-se, por meio da bibliografia utilizada e dos dados estatísticos levantados, que a política de subsídio fiscal adotada pelo ERJ não tem sido capaz de reduzir as suas disparidades regionais. Portanto, a região metropolitana continua sendo marcada pela elevada concentração industrial e demográfica.

Palavras-chave: Subsídio fiscal, Estado do Rio de Janeiro, Ordenamento Territorial.